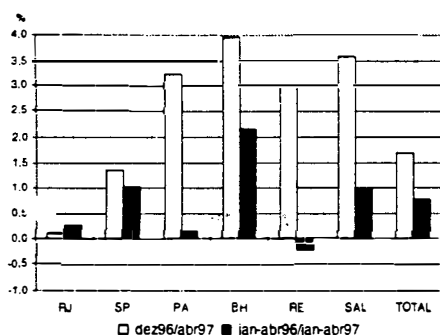


TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

No primeiro quadrimestre de 1997 a População Economicamente Ativa (PEA), que havia declinado no final de 1996, voltou a crescer, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do IBGE, refletindo o aumento progressivo da atratividade do mercado de trabalho com a retomada do ritmo normal de funcionamento do mercado, após a retração característica de início de ano. Conforme pode ser verificado na Tabela A.1.1 do Anexo Estatístico, para o conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa, nestes quatro meses a PEA cresceu 1,7% (o que corresponde a um ingresso líquido de 269 mil pessoas na força de trabalho), enquanto tomando abril de 1996 como referência houve também uma expansão, embora de magnitude inferior (0,4%). Alternativamente, comparando-se a média deste primeiro quadrimestre com aquela para igual período no ano anterior, a elevação é da ordem de 0,8%. O aumento da PEA neste ano foi menos pronunciado justamente nas duas maiores metrópoles - 1,4% em São Paulo e apenas 0,1% no Rio de Janeiro, de tal sorte que as demais regiões apresentam elevações mais expressivas, chegando a 4,0% no caso de Belo Horizonte.

GRÁFICO 1
Variação da PEA por região metropolitana

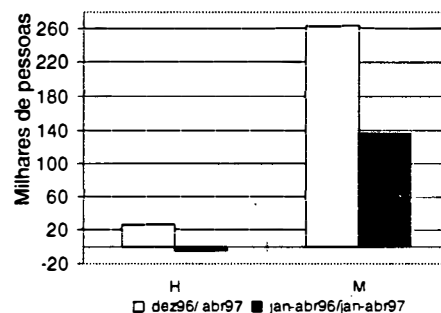


Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Um comportamento bastante diferenciado também é observado no que concerne ao corte por gênero (Tabela A.1.2, no Anexo), pois enquanto neste período houve a entrada de apenas 27 mil homens na força de trabalho (ou seja, um aumento de 0,3%), no caso das mulheres o incremento foi de

cerca de 262 mil (equivalente, em termos relativos, a 3,9%), de tal sorte que as mulheres passaram a constituir mais de 40% da PEA metropolitana. Esta assimetria fica ainda mais clara quando se contrastam as médias dos primeiros quatro meses de 1997 com as de igual período em 1996: neste caso observa-se uma expansão da PEA feminina superior a 200 mil trabalhadoras, enquanto a PEA masculina diminuiu, ainda que ligeiramente.

GRÁFICO 2
Variação da PEA por Gênero



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Este padrão observado para a força de trabalho está vinculado, naturalmente, aos movimentos da taxa de participação. Em termos agregados esta passou de 58,14% em dezembro de 1996 para 58,74% em abril último (a média do período, todavia, é mais de um ponto percentual inferior a sua correspondente em 1996). Houve um aumento generalizado ao longo das regiões, com exceção do Rio de Janeiro. A participação feminina cresceu de 43,31% para 46,61% nestes quatro meses, ao passo que a masculina apresentou uma pequena contração (Tabela A.1.5).

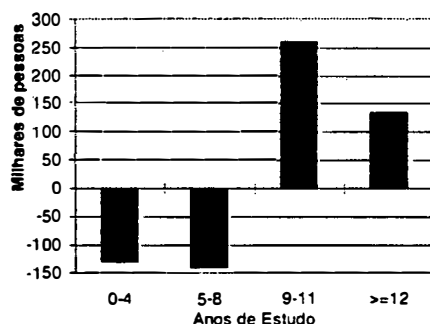
NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO

Em que pesem as pequenas variações nas taxas de participação, o nível de ocupação seguiu, em linhas gerais, o mesmo comportamento da PEA. Houve um incremento de 126 mil postos de trabalho nos quatro primeiros meses, valendo destacar que a região onde este processo foi mais intenso foi Belo Horizonte (46 mil novos empregos), seguida de Porto Alegre (32 mil). No outro extremo, o Rio de Janeiro experimentou uma perda líquida de 2 mil postos de trabalho.

Os dois setores que geraram mais empregos no início de 1997 foram o de serviços (108 mil) e a administração pública (70 mil). Apesar de mostrar alguma recuperação nos últimos meses, a indústria de transformação ainda possui um nível de emprego inferior ao de dezembro passado (menos 4 mil postos de trabalho). Por si só este decréscimo não é surpreendente, haja vista que tradicionalmente este segmento emprega menos neste período. Todavia, se comparada a média destes primeiros quatro meses com a correspondente para 1996, a redução, além de tornar-se mais expressiva (menos 79 mil empregos), confirma a continuidade do processo de destruição de empregos no setor industrial. Outro setor que experimentou contração no nível do emprego no início de 1997 foi o da construção civil (menos 10 mil) mas, contrariamente ao caso da indústria, a comparação com 1996 revela um pequeno crescimento.

Um aspecto digno de atenção em relação à composição do pessoal ocupado diz respeito ao corte segundo nível de instrução, pois, mantendo a tendência já assinalada no número anterior desta publicação, houve novas perdas líquidas de emprego para o contingente de trabalhadores com menor grau de escolaridade em 1997 (menos 129 mil empregos para aqueles com até quatro anos de estudo, e menos 140 mil para os que têm entre cinco e oito anos de escolaridade). Conforme pode ser constatado no gráfico a seguir, o mesmo não ocorreu com os trabalhadores mais instruídos que, ao contrário, lograram obter incrementos significativos no nível de emprego (quase 400 mil, quando tomados em conjunto). Uma rápida inspeção da Tabela A.2.6, no Apêndice Estatístico, revela que o mesmo padrão é observado em termos das médias dos primeiros quatro meses deste ano vis-à-vis as do ano passado.

GRÁFICO 3
Var. do nível de ocupação por grau de escolaridade (Dez/96-Jan/97)



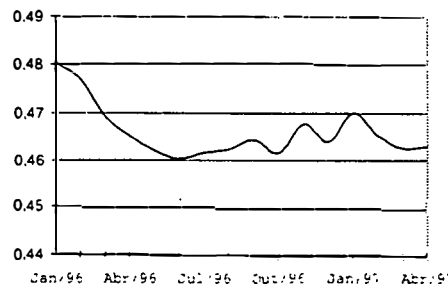
Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PMEABGE.

INFORMALIDADE

Um fato que chama atenção na análise da composição do emprego conforme o tipo de inserção no mercado de trabalho (Tabela A.2.3) é que a maior parte da expansão se deu através da condição de empregador, que respondeu por 67 dos 126 mil novos postos de trabalhos gerados em 1997. A seguir vem o trabalho assalariado com carteira assinada (41 mil) e sem carteira assinada (22 mil), sendo que o trabalho por conta própria apresentou uma redução absoluta (menos 9 mil) nos primeiros meses do ano. Já em termos de média, o emprego com carteira foi a única forma de inserção que sofreu retração quando se compararam intervalos de tempo equivalentes em 1997 e 1996. Cumpre destacar, todavia, a grande semelhança da composição do emprego no mês de abril de 1996 e 1997: a participação do trabalho com carteira varia 46,5% da PEA ocupada para 46,3%, enquanto o grupo dos sem carteira fica estável em 25,1% e os trabalhadores de conta própria passam de 22,5% para 22,9%.

Esta semelhança entre a composição do emprego por posição na ocupação se traduz na estabilização do grau de formalização da economia, entendido aqui justamente como a proporção de trabalhadores com carteira no total de ocupados. De fato, conforme retratado no gráfico abaixo, após um longo período de queda, o grau de formalização voltou a crescer na segunda metade do ano passado e estabilizou-se no início do corrente. Sem dúvida a recuperação dantes observada foi, conforme enfatizado em edição anterior, afetada por fatores sazonais. De qualquer maneira, a constatação de que a virada do ano foi marcada por uma relativa constância da formalização é auspiciosa quando se considera que em igual período do ano anterior, quando em princípio o efeito sazonal era o mesmo, ela vinha declinando. Assim, parece respaldada a hipótese que o movimento em direção a uma maior informalização das relações de trabalho, tenha ele sido de cu-

GRÁFICO 4
Evolução do Grau de Formalização



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PMEABGE.

nho estrutural ou não, pode ter chegado a termo.

DESEMPREGO

DESEMPREGO ABERTO

Depois de ter apresentado sucessivas quedas durante o segundo semestre de 1996, chegando a atingir 3,81% no mês de novembro, a taxa de desemprego aberto, conforme os dados da PME, situou-se em patamares ao redor de 6% no início deste ano. Este fato tem suscitado crescente preocupação por parte de diferentes setores da sociedade. Por certo tais preocupações são válidas e mesmo bem-vindas. Não obstante, algumas qualificações se fazem necessárias.

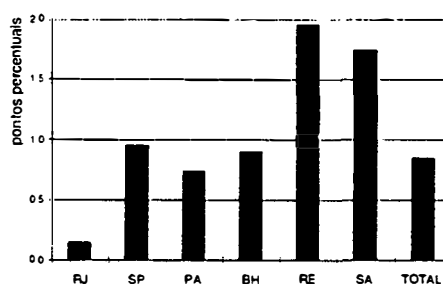
Primeiro, em boa medida este aumento na taxa de desemprego no início do ano seria de resto esperado, uma vez que tradicionalmente estes meses são marcados, *ceteris paribus*, por uma redução do dinamismo do mercado de trabalho. Com a passagem deste período e consequente retomada do ritmo normal de atividade, a tendência seria no sentido de que o desemprego viesse a diminuir paulatinamente. Este foi, conforme pode ser observado no gráfico da capa, o comportamento observado em 1996, quando a taxa de desemprego atingiu um pico em fevereiro, permaneceu estável (e relativamente elevada) nos três meses seguintes, e entrou em franco declínio a partir do meio do ano.

Segundo, vale atentar na tabela A.4.1.1, que as taxas de desemprego neste começo de ano, ainda que mais elevadas que no final do ano passado, encontram-se em níveis similares, ou mesmo inferiores, aos que prevaleceram no início de 1996. Em termos médios, neste período de quatro meses, o desemprego em 1997 foi de 5,84%, contra 6,02% em 1996.

Ou seja, pelo menos até o momento, o quadro do emprego em 1997 parece seguir o padrão observado no ano anterior. Resta conjecturar a respeito das possibilidades de sua evolução no futuro próximo. Qualquer análise mais concreta, neste sentido só poderá ser desenvolvida a partir da divulgação dos dados dos meses seguintes, particularmente o de junho (PME de julho), que foi onde ocorreu o início da queda em 1996. De qualquer modo, as expectativas reinantes em relação a um desempenho satisfatório dos segmentos da indústria e da construção civil (que são os dois setores com maior desemprego - Tabela A.4.3), com reflexos diretos no nível de atividade econômica, permitem manter algum grau de otimismo no que toca a uma evolução favorável do emprego.

Neste particular, é importante ter em mente que um bom desempenho destes setores afetaria em maior escala a região de São Paulo que, dado seu maior peso relativo, é justamente aquela que vem "ditando" o desempenho da taxa de desemprego metropolitano. De fato, com exceção das metrópoles do Nordeste, que mostram uma elevação no desemprego da ordem de 2 pontos percentuais em 1997, São Paulo é o local com maior crescimento: de 5,95% em dezembro de 1996 passou para 6,90% em abril último. A segunda região com maior peso no cálculo do índice agregado, o Rio de Janeiro, foi a que apresentou a menor variação - apenas 0,14% (ver Gráfico).

GRÁFICO 5
Variação absoluta no desemprego por região metropolitana (Dez/96 a Abr/97)



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Outras características a serem ressaltadas quanto ao desemprego são:

- A elevação nas taxas de desemprego aberto nos últimos meses foi também, de modo geral, captada pela PED (Tabela A.4.1.2);
- as taxas de desemprego entre homens e mulheres foram ambas, em média, inferiores às verificadas para a mesma época em 1996. O diferencial entre o desemprego masculino e o feminino, todavia, ampliou-se ao longo deste ano (Tabela A.4.2);
- No que se refere à posição na família (Tabela A.4.4), embora crescendo para todas nestes primeiros meses, a média de 1997 revela um ligeiro aumento do desemprego entre os chefes de família quando comparada ao mesmo período de 1996, havendo queda para os cônjuges, filhos e agregados. Desta forma, os chefes de família passaram a responder por cerca de 31% do contingente de desempregados;
- todos os grupos educacionais experimentaram um aumento na taxa de desemprego em 1997, sendo que ele foi mais intenso para aqueles com entre cinco e oito anos de estudo. Todos os gru-

pos, contudo, apresentam taxas médias inferiores às do começo do ano anterior;

- quanto à duração do desemprego, houve uma redução sensível dos desempregados que estão nesta condição há menos de três meses, com um correspondente aumento que estão procurando emprego há mais tempo, o que, em boa medida, constitui um reflexo direto do aumento das taxas de desemprego nos últimos meses.

DESEMPREGO OCULTO

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Fundação Seade/DIEESE), o desemprego oculto, seja por desalento ou precariedade, apresentou uma pequena elevação nos últimos meses nas regiões metropolitanas para onde há informação disponível, com exceção do Distrito Federal, que apresentou algumas oscilações (Tabelas A.4.1.3 e A.4.1.4).

SEGURO-DESEMPREGO

Com o aumento das taxas de desemprego mensais na virada do ano, observou-se também uma elevação no número de trabalhadores que pleitearam o seguro-desemprego, principalmente em janeiro e abril (Tabela A.5.1). Em que pese a taxa de concessão deste benefício haver oscilado, o número de segurados aumentou (embora esteja ainda abaixo do verificado no início de 1996). Quanto ao valor médio do seguro-desemprego, observou-se uma estabilidade quando expresso em termos de múltiplos do salário mínimo, o que se traduziu em ligeira perda em termos reais, haja vista a perda do valor real deste último (os dados são referentes ao período anterior à última elevação do salário mínimo).

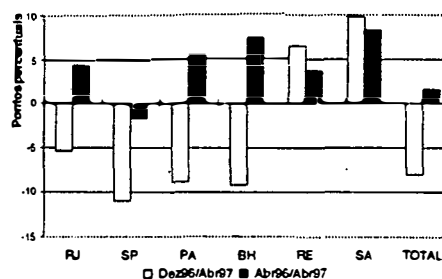
RENDIMENTOS

Após ter atingido um pico no mês de dezembro último, a renda real média caiu nos quatro meses subsequentes, com um declínio acumulado de 8% no período. Este fenômeno já havia ocorrido, embora em menor escala, no início de 1996. De qualquer modo, a renda real em abril deste ano ainda é cerca de 2% superior à de 12 meses antes, o mesmo ocorrendo em termos das respectivas médias para o primeiro quadrimestre (Tabela A.7.1).

Ao nível de região metropolitana, a redução foi mais acentuada em São Paulo (10,9%), sendo que em Recife e Salvados, que são aquelas com as menores rendas, observaram-se aumentos reais - 6,5% e 9,8%, respectivamente. Da mesma forma, é também São Paulo a única região que apresenta um quadro desfavorável em relação ao ano anterior, tanto na comparação ponto a ponto quanto em termos médios. Salvador

GRÁFICO 6

Variação da Renda Real por Região Metropolitana



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/BGE.

no outro extremo, é a região que ostenta os maiores ganhos.

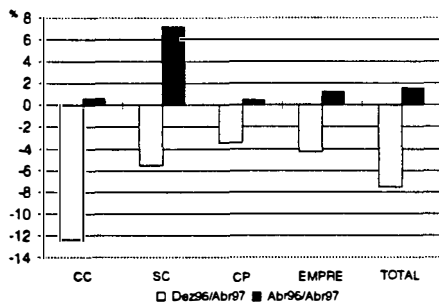
Em termos de setor de atividade, o da Construção Civil é o único que experimentou evolução favorável no quadrimestre (sendo que isto se deve basicamente à recuperação observada no mês de abril), e também o que apresenta ganhos mais expressivos em relação a 1996 (Tabela A.7.2). O setor de Serviços, ainda que permanecendo em patamares superiores aos de um ano atrás, sofreu perdas significativas nos últimos meses. Perdas similares ocorreram no Comércio (em torno de 6%), sendo que para este último a média dos primeiros quatro meses de 1997 está apenas 0,7% acima da correspondente para 1996. A Indústria de Transformação foi um dos segmentos mais atingidos, acumulando perdas próximas à marca de 15% em 1997.

Apesar das perdas terem ocorrido para todas as formas de inserção no mercado de trabalho, elas se manifestaram de forma mais intensa entre os assalariados com carteira (12,3%) do que entre os sem carteira (-5,4%) e os trabalhadores por conta própria (-3,5%) (tabela A.7.3). Consequentemente, os diferenciais de rendimentos por posição na ocupação caíram. Entre os com carteira e os sem carteira este diferencial passou de 40,5% em dezembro/96 para 30,2% em abril/97, enquanto entre os com carteira e os autônomos a redução foi de 25,9% para 14,4% no mesmo intervalo (Tabelas A.9.3 e A.9.4). É importante notar, todavia, que a comparação com o ano anterior continua sendo favorável para todos os trabalhadores, principalmente para o grupo dos assalariados sem carteira de trabalho (Gráfico abaixo).

Alguns outros aspectos que merecem ser destacados no que toca aos rendimentos reais são:

- as mulheres foram mais atingidas pelas perdas, notadamente até o mês de março, o que suporta a idéia defendida em edição de anterior de que elas são mais

GRÁFICO 7
Variação da Renda Real por Posição na Ocupação

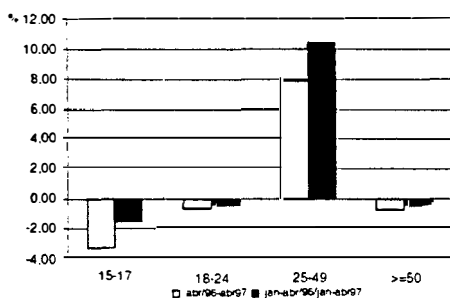


Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

vulneráveis ao grau de dinamismo do mercado de trabalho. Não obstante, a sua posição relativa à dos homens melhorou em relação ao observado no início do ano passado, conforme pode ser verificado na Tabela A.7.4;

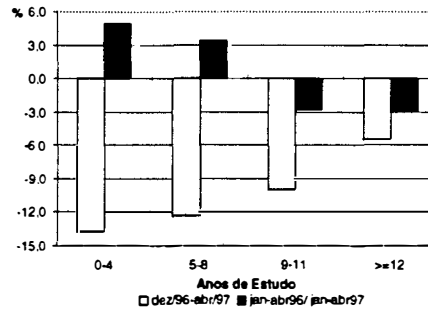
- os trabalhadores que lograram obter ganhos em relação ao ano anterior foram aqueles situados na dita prime age, ou seja, entre os 25 e 49 anos de idade. Nas demais faixas etárias houve ligeiros decréscimos de renda em termos da média do início de 1997 em relação à de 1996 (Gráfico 8);
- houve uma reversão no padrão de evolução dos rendimentos reais por grau de instrução até então observado. Nos últimos meses, apesar da queda ter sido generalizada, os grupos onde a diminuição de rendimentos foi maior foram os de menor escolaridade (0 a 4 e 5 a 8 anos de estudo). Quando se comparam as médias dos primeiros quadrimestres de 96 e 97, contudo, estes dois grupos apresentam ganhos (5,0% e 3,4%, respectivamente), enquanto aqueles com mais instrução, ao contrário, mostram redução de renda (-2,8% para aqueles com de 9 a 11 anos de estudo, e -3,0% para os com 12 ou mais), conforme retratado no último Gráfico

GRÁFICO 8
Variação da Renda Real por Faixa Etária



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

GRÁFICO 9
Variação na Renda Real por Grau de Instrução



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

PRODUTIVIDADE

A produtividade na Indústria de Transformação, seja por trabalhador seja por hora paga, após ter caído em dezembro e janeiro, voltou a elevar-se em fevereiro e março (Tabela A.8.1). Uma possível explicação para a queda na virada do ano pode estar associada à elevada incidência de férias coletivas, ou mesmo individuais, naqueles meses, que se seguem ao encerramento do ciclo de formação de estoques para as festas natalinas. Ou seja, apesar de uma natural queda no volume da produção, o número de trabalhadores e/ou horas pagas mantém-se relativamente constante, o que implica uma aparente redução na produtividade que, no final das contas, apenas reflete uma deficiência na forma de medi-la. De qualquer maneira, cumpre destacar que, de acordo com os índices obtidos a partir das informações constantes da PIM/IBGE, a produtividade média no primeiro trimestre de 1997 foi cerca de 20% superior à do mesmo período em 1996.

Os dados em nível setorial mostram que os ganhos de produtividades ocorreram em praticamente todos os setores de atividade no primeiro trimestre, as exceções ficando por conta dos segmentos de Extrativa Mineral e Bebidas. Quando se contrastam as médias do início deste ano com as dos primeiros três meses de 1996, uma vez mais têm-se ganhos apreciáveis ao longo dos setores, com exceção dos casos de Material de Comunicações e Fumo (Tabelas A.8.2 e A.8.3).

ATIVIDADE SINDICAL

Segundo os dados da Fundação Seade/DIEESE (conjunto de Tabelas A.10), tanto o número de greves quanto o número de grevistas e a quantidade de trabalhadores-hora parados em função delas vêm se reduzindo nos últimos meses vis-à-vis o ocorrido nos meses correspondentes do ano passado. Vale notar, esta queda teve lugar em diferentes contextos, dado que no período tanto as taxas mensais de desemprego quanto os rendimentos reais mostraram incrementos ora positivos ora negativos, o que permite levantar a hipótese de que o poder de barganha dos sindicatos venha diminuindo.